



## A NOVA OFENSIVA DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA: TODOS PELA EDUCAÇÃO?

Rodrigo Lamosa (UFRRJ-PPGEduc) – [rodrigo1281@yahoo.com.br](mailto:rodrigo1281@yahoo.com.br)

### Introdução

A Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca) foi lançada em 2011, em Brasília, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo constituída por organizações empresariais de quatorze países com o compromisso político de participar ativamente na garantia do direito à educação. A reforma educacional ocorrida nestes países nas três últimas décadas vem sendo realizada a partir de uma intensa mobilização e articulação de movimentos empresariais expressa na atuação da Reduca. (LAMOSA, 2016).

Este artigo tem como objetivo geral analisar os fundamentos históricos da articulação empresarial latino americana entorno da educação pública, considerando como marco inicial as articulações realizadas a partir da agenda “Educação para Todos”, definida na Conferência Mundial em Jontiem em 1990, e seus desdobramentos na região nas décadas seguintes. Tem ainda como objetivos específicos verificar a composição deste movimento, tomando como referência empírica a constituição das organizações em cada país, revelando as frações de classe, seus intelectuais e sua articulação com o Programa de Reformas da Educação na América Latina e Caribe (PREAL) na definição das diretrizes da gestão do trabalho escolar na região.

O trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de pesquisa de tipo documental. Este trabalho apreende o conceito Estado Ampliado (GRAMSCI, 1999), enquanto ferramenta teórico-metodológica que possibilita compreender a atuação das classes sociais no interior do tecido social, tanto na sociedade civil, onde estas organizam seus aparelhos privados de hegemonia e partidos, quanto na sociedade política onde as mesmas inserem seus projetos e interesses nas agências estatais. De acordo com Mendonça (2010), este percurso metodológico afasta a análise das compreensões que confundem o Estado moderno com um “sujeito” que paira sobre a luta de classes ou com um “objeto” que o restringe a mero instrumento da classe social dominante.



A pesquisa que resulta neste trabalho vem analisando a atuação empresarial na sociedade civil, dimensão superestrutural do bloco histórico no capitalismo contemporâneo, apreendendo o movimento realizado pela classe dominante em sua organização no campo educacional. O instrumento de coleta de dados utilizado tem sido a busca por documentos produzidos pela Reduca e seus associados. Em ambos os casos as fontes pesquisadas têm sido coletadas nas páginas oficiais disponibilizadas ao público na internet. Por meio destes documentos tem sido possível identificar as frações do capital e suas respectivas empresas que configuram entre os associados, a agenda destes movimentos, suas pautas e slogans anunciados.

A pesquisa identificou que a rede tem tido grande relevância para a definição das diretrizes da reforma educacional, possuindo uma composição em que se destacam distintas frações do capital, com grande protagonismo da fração financeira e empresas de telecomunicação, e uma atuação que lhe confere o papel de partido, no sentido ampliado, conforme formulação gramsciana, sendo decisivo para a produção do consenso, passivo e ativo, da sociedade. As políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, as reformas empreendidas nos últimos anos pelos governos nacionais na América Latina e Caribe são compreendidas neste artigo como expressão da luta pela hegemonia travada pelas classes sociais por meio de suas organizações. Neste sentido, as campanhas pelo direito à educação, empenhadas pela região na última década, são analisadas em sua relação com a agenda definida pelo movimento empresarial encarnado nos movimentos empresariais que se reuniram na Reduca.

### **1. Fundamentos históricos da atuação empresarial na educação na América Latina e Caribe nos anos 1990**

Ao longo de toda a década de 1990 a reforma educacional ocorrida nos países na América Latina e Caribe foi um dos desdobramentos de um movimento iniciado, em 1990, na Conferência Mundial Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Nesta conferência, organizada pelo Banco Mundial em parceria com as entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UNICEF (Organização das Nações Unidas para a Infância) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Na conferência foram destacados os números



superlativos relacionados às taxas de analfabetismo no mundo, ressaltando que estes estavam concentrados em países em desenvolvimento e com grandes densidades populacionais. Estes países compuseram o grupo com as nove nações com as maiores taxas de analfabetismo do mundo (Bangladesh, China, Paquistão, Nigéria, Brasil, Índia, Egito, México e Indonésia) e passaram a receber a assessoria e consultoria do Fórum Mundial Educação para Todos (Education For All – EFA).

Na Conferência Mundial Educação Para Todos os cento e cinquenta e cinco países signatários ficaram responsáveis por organizar planos decenais que dessem prioridade ao atendimento à Educação Básica e, mais especificamente, à luta pela erradicação do analfabetismo. A meta estabelecida aos países foi desenvolver uma educação que suprisse as “Necessidades Básicas de Aprendizagem” (NEBAS) que consistiriam saberes para lidar com sete situações: 1) sobrevivência; 2) desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) vida e trabalho dignos; 4) participação plena no desenvolvimento; 5) melhoria na qualidade de vida; 6) tomada de decisões; 7) possibilidade de continuar aprendendo ao longo da vida. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), de acordo com as recomendações do Fórum Mundial Educação para Todos, as NEBAS deveriam variar de acordo com o país, cultura e grupos sociais (raça, idade, gênero, cultura, religião, território e outros). Ainda de acordo com as autoras supracitadas, “o polêmico conceito de educação básica, sobre o qual divergem até os quatro patrocinadores do evento, prioriza a universalização da educação primária que, no caso brasileiro, correspondeu ao ensino fundamental.” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011, p. 49).

No horizonte político da Carta de Jomtien foram estabelecidas metas e condições para os países signatários. Dentre estas estaria a necessária mobilização dos empresários em cada país para que estes participassem do projeto de expandir a educação básica. Esta tarefa deveria ser encampada por todo o conjunto da sociedade e, neste sentido, deveriam se somar ao Estado outras organizações sociais. A expansão da educação deveria ser encarada como uma questão fundamental para a paz mundial. No mesmo ano, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) produziu o documento *Transformación Productiva com Equidad*, através do qual reforçou a necessidade de realização de uma ampla reforma educacional com o objetivo de integrar os países da região ao processo de globalização mundial.



O documento da CEPAL, em 1990, reafirmou as diretrizes da Carta de Jomtien, recomendando aos países da região ênfase na reorganização dos sistemas educacionais com foco na formação de trabalhadores flexíveis, versáteis, inovadores, comunicativos e motivados. Esta formulação foi desenvolvida durante a década de 1990, através de outros documentos produzidos pelos organizadores da Conferência Mundial Educação Para Todos, através do qual se destaca o Relatório Educação: um tesouro a descobrir, de 1996 (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010). As diretrizes da Conferência Mundial Educação para Todos em relação às NEBAS foram aprofundadas no relatório da Unesco Educação: um tesouro a descobrir, formulado em 1996 pela Comissão Internacional de Educação para o século XXI, coordenada por Jacques Delors. No relatório destaca-se o papel da *educação ao longo da vida* como aspecto fundamental para o alívio à pobreza e para a transformação da educação em capital social (DELORS, 2001). A educação ao longo da vida se efetivaria a partir de quatro pilares: aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser. (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010, p. 14).

No mesmo ano do lançamento do Relatório Jacques Delors foi criado o Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina e Caribe (PREAL). Desde sua formação, em 1996, o PREAL é dirigido por três entidades: Diálogo Americano, USAID e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ao longo de seus vinte anos de existência o programa produziu um conjunto de trabalhos de pesquisas sistematizados em documentos sob a encomenda do Banco Mundial. Neste sentido, o programa tem cumprido a função de intelectual orgânico do Estado maior do capital no processo de recomposição dos instrumentos de mediação de classe, destacadamente na reforma da educação, objetivo maior deste instrumento organizativo do projeto de poder da classe dominante.

Em 2001, em Miami, nos Estados Unidos, o PREAL realizou um encontro que reuniu cento e vinte lideranças empresariais que atuam na educação que culminou com a *Declaração de Ação*. Através da declaração foi estabelecida uma lista de ações que deveria fornecer aos empresários as diretrizes para uma ação unitária e coesa no campo educacional. No discurso presente no documento os empresários se responsabilizam pelo esforço em universalizar a educação básica como tarefa daqueles que são os



maiores interessados no destino do produto final dos processos educacionais: a formação da força de trabalho que seriam por eles empregada em seus empreendimentos. No boletim do PREAL as diretrizes ficam assim definidas:

“(...) estabelecer padrões educacionais que definam claramente que os alunos devem saber e ser capazes de fazer em cada grau ou nível e área de estudos, a serem introduzidos de forma sequencial, com período de transição apropriado; implementar sistemas de avaliação independentes associados a estes padrões e metas; possibilitar o acesso dos professores a sistemas de aperfeiçoamento e mecanismos de desenvolvimento profissional; medir o progresso dos estudantes com o objetivo de que cumpram os padrões; dar maior autoridade e responsabilidade aos diretores de escola; exigir prestação de contas sobre a utilização de recursos; utilizar todas as oportunidades para outorgar decidido apoio público a quem promova reformas baseadas nestes princípios; difundir as melhores práticas e a utilização de tecnologias associadas à internet em relação ao aperfeiçoamento dos professores; convocar líderes de outros setores, incluindo os meios de comunicação, para promover estes objetivos; estimular a criação de consórcios empresariais nos diversos países com o fim de apoiar a inovação, pesquisa e desenvolvimento na reforma educacional; reconhecer e premiar a excelência na promoção das reformas delineadas nesta agenda; avaliar anualmente o progresso alcançado na região.” (PREAL, 2001)

No Brasil o PREAL estabeleceu uma sucursal em associação com a Fundação Getúlio Vargas no mesmo período em que a reforma do Estado brasileiro ganhou grande impulso, sobretudo, a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). A direção imprimida pela reforma do aparelho estatal, segundo Martins & Neves (2015), se desdobrou em uma reorganização da administração pública, produzindo novos modelos de gestão que preconizam as parcerias público-privadas como forma ideal de expansão dos serviços públicos. A ampliação da oferta de matrículas escolares no país ocorreu neste contexto, desencadeando num processo de escolarização minimalista, dirigido à formação de força de trabalho voltada para o trabalho simples e difusão da ideologia da responsabilidade social e ambiental do capital, respaldada por uma ampla campanha midiática em defesa da superioridade empresarial na gestão dos interesses públicos.

O PREAL propôs, nos últimos vinte anos, uma pedagogia do consenso. Segundo Santos (2012), “o consenso é uma presença expressiva em todos os textos, o que chama a atenção para seu significado político, se considerarmos que, para Gramsci, este é o



principal instrumento na afirmação da hegemonia (...).” (SANTOS, 2012, p. 155). Durante todo o período de implementação do PREAL foram difundidos inúmeros movimentos empresariais portadores do slogan “Todos pela Educação” que passaram a expressar uma pauta unificada da classe dominante para a educação. Estes movimentos, presentes em quatorze países na América Latina e Caribe se uniram em 2011 para fundar um instrumento de mobilização, formulação e articulação: a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca).

## **2. A Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação**

Nos anos 2000 verifica-se na América Latina e Caribe a difusão, impulsionada pelas condições históricas proporcionadas pela “Agenda Educação para Todos” e pelo PREAL, de movimentos empresariais organizados entorno da pauta do direito à educação. Estes movimentos, embora marcadamente empresariais, adotaram o lema “Todos pela Educação”. Em toda a região, ao todo quatorze países, passaram a ter a organização de movimentos muito similares.

A Reduca foi fundada em Brasília, em 2011, em um congresso organizado pelo movimento empresarial brasileiro (SOUZA, 2001; NEVES & MARTINS, 2016). São membros fundadores os seguintes pelos movimentos: Proyecto Educar 2050 (Argentina); Movimento Todos Pela Educação (Brasil); Educación 2020 (Chile); Empresarios por la Educación (Colômbia); Grupo Faro (Equador); Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade (El Salvador); Empresarios por la Educación (Guatemala); Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); Mexicanos Primero (México); Foro Educativo Nicaragüense "Eduquemos" (Nicarágua); Unidos por la Educación (Panamá); Juntos por la Educación (Paraguai); Empresarios por la Educación (Peru); Acción por la Educación – Educa (República Dominicana).

A declaração de constituição da Reduca traça os seguintes objetivos para a organização: 1) Trabalhar em conjunto para a garantia do direito à educação de qualidade para toda a criança e jovem; 2) Trocar conhecimentos e aprender coletivamente; 3) Ter uma voz coletiva no nível regional. A responsabilidade por dirigir a rede repousou sobre uma Coordenação, eleita no congresso fundacional, formada por



três organizações fundadoras: Todos Pela Educação (Brasil), Educación 2020 (Chile) e Mexicanos Primero (México). No mesmo congresso a meta definida para a educação na América Latina e Caribe foi conseguir que, até 2024, os estudantes obtenham trajetórias completas de 12 anos de escolaridade e que os países atinjam a média da OCDE no PISA.

Os movimentos membros da Reduca possuem algumas características em comum: 1) uma organização administrativa muito similar (assembleia geral que reúne os sócios, uma junta diretiva, um conselho superior, um conselho assessor, além de comitês para assuntos específicos); 2) Produção de agendas de longo prazo (No Brasil, por exemplo, a data de 1922 foi eleita como marco histórico, no Chile este marco foi definido para 2020 e na Argentina para 2050); 3) Apoio às Parcerias Público-Privadas; 4) Valorização de programas de inserção do trabalho voluntário em políticas de garantia do direito à educação; 5) Demarcam sua separação com o governo e com o mercado, definindo-se como parte de um “Terceiro setor” ou de uma “Sociedade Civil” que é a expressão da cidadania, enunciam uma origem “apartidária”; 6) Trabalho estreito com a imprensa, incluindo entre seus associados grandes empresas de comunicação (como por exemplo no Brasil em relação as empresas do grupo Roberto Marinho e no México, onde a Televisa é um dos associados do movimento “Mexicanos Primeiro”) ; 7) Assumem estatuto de especialistas (“Think Thanks”), apresentando-se como especialistas nas reformas educacionais em seus países.

### **3. Todos Pela Educação No Brasil**

A Reduca difunde entre seus associados o formato forjado pelo movimento Todos pela Educação no Brasil, compreendido enquanto exemplo exitoso de atuação empresarial na educação. Esta compreensão resulta da capacidade diretiva que o movimento, desde sua fundação, tem demonstrado ter sobre as políticas educacionais. O maior exemplo disto foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído a partir do Plano de Metas Todos Pela Educação e regulamentado pelo Decreto N.º 6.094, de 24 de abril de 2007. No Brasil, movimento Todos pela Educação se constituiu em 2006. O PDE foi lançado no ano seguinte a fundação do Todos Pela Educação no Brasil, assumiu o slogan do movimento empresarial e seus princípios e metas. Isto está expresso ao longo das vinte e oito diretrizes propostas pelo PDE que expressam a



necessidade da instituição de novos mecanismos de regulação sobre a gestão do trabalho escolar e a realização de parcerias com a sociedade civil, em um processo de responsabilização (accountability) de professores e gestores. A capacidade e intensidade do trabalho produzido pelo movimento são explicitados por seu presidente-executivo Mozart Neves em entrevista:

Neste primeiro ano de atividade, o movimento contabiliza conquistas importantes. O primeiro passo, que remonta ao lançamento do Todos Pela Educação em setembro de 2006, foi unir diferentes setores da sociedade – organizações sociais, gestores de educação, educadores e iniciativa privada – trabalhando juntos, com um objetivo comum de garantir educação de qualidade. A partir daí, o movimento registra um número crescente de adesões, fundamentais para que se alcance as cinco metas estabelecidas para 2022. Entre essas adesões, que já totalizam cerca de 600, destacam-se prefeituras, secretarias estaduais e municipais de Educação, o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público (CNPGE), que reúne os 27 ministérios públicos estaduais, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), pequenas e grandes empresas, e organizações sociais de todas as regiões brasileiras. O trabalho do Todos Pela Educação tem sido intenso no sentido de mobilizar a sociedade brasileira para que demande educação básica de qualidade para todos. Isso é conseguido por meio de palestras em todo o Brasil, em eventos próprios e de terceiros, campanhas de rádio e televisão e materiais de orientação, incentivando, assim, o debate sobre o tema. Também já é possível observar resultados concretos da atuação do movimento na incorporação de ideais do Todos Pela Educação em planos educacionais de governos municipais e estaduais, e até na esfera federal (no recém-lançado Plano de Desenvolvimento da Educação). (MBC - Movimento Brasil Competitivo. Novembro de 2007. Consultado em 27 de dezembro de 2016)

A formação do movimento Todos pela Educação no Brasil foi iniciada em 2005, por um grupo de líderes empresariais. Em setembro de 2006, o movimento lançou oficialmente o projeto Compromisso Todos Pela Educação, elaborado para impulsionar as ações do organismo. O projeto foi lançado no congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, realizado no Museu do Ipiranga, São Paulo. No lançamento a organização se auto define da seguinte maneira:

“O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da





sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e todas as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O Todos Pela Educação é uma instituição que atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora. Os objetivos do movimento são propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014)

O Movimento Todos pela Educação formula sua agenda a partir de metas, bandeiras e áreas de atuação, divididas da seguinte maneira: Metas - 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; 3. Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; 4. Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído e 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido. Bandeiras - 1. Formação e carreira do professor; 2. Definição dos direitos de aprendizagem; 3. Ampliação da exposição dos alunos ao ensino; 4. Uso relevante das avaliações externas na gestão educacional e 5. Aperfeiçoamento da gestão e da governança da Educação. Áreas de atuação: Técnica, Comunicação e Mobilização e Articulação e Relações Institucionais.

Em 2014, o Todos pela Educação no Brasil teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Atualmente o movimento organiza cerca de 200 representantes, entre fundadores, mantenedores e instituições, que constituem uma Assembleia Geral, presidida por Jorge Gerdau Johannpeter. A Assembleia Geral tem poderes para eleger o Conselho de Governança que é formado por dezesseis representantes e assessorado por quatro comissões que representam cada uma das áreas de atuação: Articulação, Técnica, Comunicação e Relações Institucionais, além de um Conselho Fiscal. Há ainda um Comitê Gestor formado pelos coordenadores das quatro Comissões, o diretor-executivo e representantes eleitos na Assembleia Geral. Este comitê é responsável por manter interlocução com a Equipe Executiva e pelo acompanhamento dos trabalhos da organização.

O Todos pela Educação no Brasil conta com 32 organizações associadas divididas entre mantenedores e parceiros. São quatorze sócios mantenedores: Fundação Educar DPASCHOAL, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação



Telefônica, Gerdau, Instituto UNIBANCO, Banco Itaú BBA, Banco Santander, SUZANO, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura e Instituto Samuel Klein. Entre os parceiros do Todos pela Educação estão: Grupo ABC, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends Audio, Fundação Victor Civita, McKinsey Brazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Canal Futura, Editora Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo PATRI - Políticas Pública, Luzio e Itaú Cultural.

## **Conclusão**

A entrada das organizações representativas da classe dominante no interior da escola é um fenômeno internacional, tendo, destacadamente nos últimos trinta anos, grande impulso, a partir das conferências e programas que definiram uma agenda de reformas nos Estados nacionais, com grandes desdobramentos na educação pública. A agenda produzida pelo PREAL na América Latina e Caribe, por exemplo, teve na mobilização empresarial para a privatização da educação pública sua principal contribuição. Neste contexto, uma miríade de políticas públicas e uma intensa campanha na imprensa se responsabilizaram por realizar a mobilização empresarial.

A inserção empresarial nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil foi impulsionada, nos anos 1990 e 2000. Diversas frações burguesas vêm participando ativamente deste movimento, dentre as quais se destacam aquelas que reunidas entorno do objetivo de valorizar a imagem do agronegócio. Os desdobramentos destas iniciativas têm assimilado docentes às estratégias de dominação e hegemonia do capital, reproduzindo no espaço escolar uma imagem associada à responsabilidade social e ambiental.

## **Referência Bibliográfica**

- DELORS, Jacques (Org.). Educação um tesouro a descobrir: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996). 6. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: Unesco, 2001.
- ENGUITA, M. F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Revis- ta Teoria e Educação, n. 4, p. 1.127-1.144, 1991.



- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Estado, classe social e educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. 2014. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- \_\_\_\_\_. Educação e Agornegócio: a nova ofensiva do Capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Editora Appris, 2016.
- MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação Básica: tragédia anunciada? São Paulo: Editora Xamã, 2015.
- MBC - Movimento Brasil Competitivo. Novembro de 2007. <http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=entrevista&Itemid=10&task=detalhe&id=5219> Consultado em 27 de dezembro de 2016.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização do trabalho docente. Educação e Sociedade, v. 25, n. 89, p. 1.127-1.144, set./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 2010.
- PREAL. Resumen Ejecutivo. Boletim Informativo. Santiago, (Chile), número 09, maio de 2001.
- SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes Pedagogia do Mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Ibris Libris, 2012.
- SHIROMA, Eneida Oto. Implicações da política de profissionalização sobre a gestão e o trabalho docente. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Nete: Faculdade de Educação da UFMG, nov. 2004. 17 f. \_\_\_\_\_. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia (Org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 61-79. SHIROMA,



Eneida; EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Política educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOUZA, Sandra M. Zákia L. Escola e Empresa: iniciativas de parceria no Estado de São Paulo. In FERREIRA, N.; AGUIAR, M. (Orgs.) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. <http://www.todospelaeducação.org.br/institucional>.

Acesso em: 21.02.2017.